



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Processo n.º: 201705045-00

Assunto: Consulta/ Solicitação de Informações

Órgão: Câmara Municipal de Floresta do Araguaia

Interessados: Edna Maria Canuto de Sá (Vereadora)

Roseni Brito Souza (Vereadora)

José Maria Lima Magalhães (Vereadora)

Raimundo Nonato Alves dos Santos (Vereadora)

Instrução: Diretoria Jurídica - DJUR

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2017

RELATÓRIO

Os Vereadores Raimundo Nonato Alves dos Santos, Edna Maria Canuto de Sá, Roseni Brito Souza e José Maria Lima Magalhães, da Câmara Municipal de Floresta do Araguaia, para o exercício de 2017, encaminharam, a esta Corte de Contas, o Ofício n.º 008/2017, com vistas a ***"solicitar informações referentes aos valores de diárias, visando ter conhecimento da real situação das despesas para definir valores de diárias justas para o Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Floresta do Araguaia, quando em viagem cumprindo seus compromissos para com o Município"***.

Recebidos em meu Gabinete, determinei a remessa dos autos à Diretoria Jurídica desta Corte de Contas, para análise prévia e manifestação (fl. 30), a qual emitiu o **Parecer Jurídico n.º 306/2017/DJUR/TCM-PA** (fls. 31-60), e entendeu, em sede preliminar, *"que a matéria merece apreciação, sob a forma de consulta, com base no permissivo consignado pelo §2º, do art. 300, cuja deliberação de admissibilidade compete, exclusivamente, ao respectivo Conselheiro-Relator"*, seguindo, ainda, com o enfrentamento da matéria, o qual, dado o aprofundado estudo realizado, transcrevo e adoto como relatório, nos seguintes termos:

Ymaly



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO DE 2017. FIXAÇÃO DO VALOR DE DIÁRIAS DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO. INICIATIVA LEGISLATIVA. COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS DIÁRIAS DE VIAGEM.

(...)

I - DO PROCESSAMENTO E ENCAMINHAMENTOS:

Preliminarmente, conforme consta dos termos assinalados pelos nomeados Vereadores Municipais de Floresta do Araguaia, entendo, salvo melhor juízo, que a matéria merece apreciação, sob a forma de consulta, com base no permissivo consignado pelo §2º, do art. 300, cuja deliberação de admissibilidade compete, exclusivamente, ao respectivo Conselheiro-Relator.

Outrossim, objetivando dar celeridade a apreciação da matéria, a qual poderá conduzir a expedição de resposta aos interessados ou, ainda, seu julgamento sob a forma de consulta, nos termos do rito regimentalmente estabelecido, consignamos prévia manifestação desta Diretoria Jurídica, apontando, por oportuno, a existência de precedentes desta Corte de Contas, nos termos da Resolução n.º 13.314/2017/TCM-PA.

II - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A FIXAÇÃO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM:



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

02/2015, as despesas municipais realizadas com pagamento de diárias de viagens, concedidas aos servidores públicos e agentes políticos municipais em suas diversas esferas, são verificadas no momento da análise da prestação de contas.

Como qualquer ato de execução de despesas pela administração pública, os procedimentos de concessão de diárias deverão estar pautados nos princípios gerais consignados às ações do poder público, tal como disciplinado pelo art. 37, caput, da CF/88, tais como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais conduzirão as orientações aqui colecionadas.

Utilizaremos, ainda, com o objetivo de assentar maior consistência nas orientações expedidas, a sistemática adotada pelo TCM-PA para os atos de concessão de diárias e sua correspondente comprovação, nos termos da **Resolução n.º 9.906/2010/TCM-PA**, a qual será utilizada como paradigma normativo, visto que aplicável aos membros e servidores desta Corte de Contas.

A atenção que se exige e impõe à matéria está inserida nos levantamentos Plenários, nos quais a inconsistência de informações, quanto ao regular pagamento de diárias no âmbito municipal, tem imposto reprovação de prestações de contas e devolução de recursos aos cofres públicos municipais.

Exige-se, portanto, no âmbito municipal, a adoção de procedimentos transparentes e objetivos que

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

assegurem a comprovação do efetivo deslocamento do beneficiário, a participação no evento motivador, além da publicidade de tais despesas e a legalidade/moralidade do objetivo a que se destinam.

Reiteramos a relevância da temática enfrentada, uma vez incidir sobre a mesma especial ponto de controle junto às prestações de contas de Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais, considerando que, as falhas verificadas, revestem-se como de natureza grave, impondo-se a restituição ao erário, além da possibilidade de aplicação de sanções pecuniárias, culminando, assim, com a não aprovação das prestações de contas de gestão, no que se impõe a remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual para as ações de alçada.

Desta forma, exige-se a atenção do jurisdicionado na elaboração legal-normativa de tais atos de ampliação de despesas públicas, evitando-se as consequências punitivas, no bojo das prestações de contas anuais, razão pela qual confeccionamos o presente manual, com modelos em anexo, para facilitar a atividade administrativa e normativa no âmbito dos municípios paraenses.

Ademais, cabe-nos destacar que, o presente manual prático, não é instrumento normativo formal do TCM-PA, o qual foi elaborado a partir das experiências adquiridas e dos estudos realizados junto aos processos em tramitação, naquela Corte de Contas, com a colaboração das Analistas de Controle Externo, **Luiza Montenegro Duarte (Controle Interno - TCM/PA)**,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Silvia Lobato (3ª Controladoria) e Mayara Bonna (7ª Controladoria), razão pela qual, o presente trabalho, não possui caráter vinculativo e/ou restritivo de interpretações diversas, tanto pelos jurisdicionados, quanto pelo TCM-PA.

CONCEITOS GERAIS:

Para melhor compreensão da temática em estudo, indispensável que se estabeleça a definição de alguns conceitos elementares que serão utilizados durante este trabalho, bem como daqueles previstos pela legislação vigente, pelo que, na busca das boas práticas, colecionamos as orientações expedidas pelo Governo do Estado de Minas Gerais¹, nos seguintes termos:

ALIMENTAÇÃO: contempla as três refeições principais, quais sejam, café da manhã, almoço e jantar.

COLABORADOR EVENTUAL: pessoas que, não possuindo vínculo com a Administração Pública do Poder Executivo e que não estejam prestando serviço técnico-administrativo especializado, forem convidadas a prestar algum tipo de colaboração ao Estado de forma gratuita, em caráter transitório ou eventual.

DIÁRIA DE VIAGEM: numerário recebido pelo servidor para fazer face às despesas com alimentação,

¹ SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS. **MANUAL SOBRE VIAGEM A SERVIÇO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS** – Versão 4 – jul/2011.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

locomoção urbana (no local de destino) e/ou pousada (hospedagem).

DIÁRIA ANTECIPADA: é o valor pago ao servidor/funcionário antes da viagem a serviço para custear suas despesas com alimentação, locomoção urbana e hospedagem.

DIÁRIA VENCIDA: é o valor pago ao servidor/funcionário, a título de indenização, após a viagem a serviço para custear suas despesas, comprovadas quando necessário, com alimentação, locomoção urbana e hospedagem.

DIRIGENTE MÁXIMO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE: pessoa que responde pela instituição, ocupando o cargo mais elevado de sua estrutura.

LOCAL DE ORIGEM: município ou distrito onde está situada a sede do servidor.

REEMBOLSO: pagamento ao servidor de despesas realizadas, comprovadas e justificadas, que não tiveram empenho à viagem.

RELATÓRIO DE VIAGEM: formulário padrão disponibilizado para exposição clara e precisa de ocorrências, situações e atividades realizadas, local, data e hora de sua realização, ao qual também são anexados comprovantes de despesa quando necessário.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

RESIDÊNCIA: considera-se residência o lugar no qual alguém habita com a intenção de ali permanecer, mesmo que dele se ausente por algum tempo.

RESSARCIMENTO: valores a serem pagos ao servidor a título de complementação de despesas que lhe foram antecipadas à viagem, mediante comprovação e justificativa.

RESTITUIÇÃO/DEVOLUÇÃO: valores a serem devolvidos pelo servidor ao Estado que foram recebidos a maior para realização da viagem ou em casos em que a viagem foi cancelada.

SEDE/ORIGEM: localidade onde o servidor tem exercício.

Traçadas tais premissas técnicas, adotaremos, para uma abordagem mais didática, os principais pontos de controle utilizados pelo TCM-PA no julgamento, para fins de cadastramento, dos atos de fixação de diárias, nos termos a seguir.

PONTOS DE CONTROLE UTILIZADOS, PARA FINS DE CADASTRAMENTO, PELO TCM-PA:

DO ATO DE FIXAÇÃO/AUTORIZATIVO PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS:

A realização de qualquer despesa pela administração pública, exige, para sua regularidade, a preexistência de ato normativo, em sentido amplo,

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

de autorização para realização de despesas para custeio de diárias de viagens.

O TCM-PA, por intermédio da **Resolução n.º 8959/2008/TCM/PA**, fixou expressa interpretação às modalidades normativas e iniciativa de edição de tais atos, no que transcrevemos, in verbis: **Fixação de diárias para os Vereadores e servidores públicos da Câmara Municipal:**

1.1. Espécie normativa adequada: **Resolução ou Lei Ordinária;**

1.2. Iniciativa de Lei Ordinária: **do Chefe do Legislativo Municipal (Presidente da Câmara)**

2. **Fixação de diárias para Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e servidores públicos do Executivo Municipal:**

2.1. Espécie normativa adequada: **Lei Ordinária ou Decreto Municipal** regulamentador, devidamente autorizado por Lei Ordinária Municipal;

2.2. Iniciativa de Lei Ordinária: **do Chefe do Executivo Municipal (Prefeito)**

Reveste-se, portanto, que o ato normativo autorizativo deverá fixar o valor das diárias, podendo, por ausência de vedação expressa, haver fixação, dentro do mesmo ato, que contemple a universalidade de beneficiários existentes em uma mesma esfera de Poder. Exemplificativamente, poderá

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

fixar no mesmo ato diárias aos agentes políticos do executivo e para os servidores da Prefeitura Municipal, inclusive com valores diferenciados.

A ausência de ato normativo regulamentador, no âmbito municipal, em que pese a expressa previsão no Regime Jurídico Único Municipal, poderá incutir na nulidade das despesas realizadas, dada a necessidade de regulamentação de tais valores e destinatários.

Aprovado o ato normativo em questão, tal instrumento deverá ser obrigatoriamente encaminhado ao TCM-PA para análise de regularidade formal, bem como para análise de legalidade e razoabilidade dos valores fixados.

Por fim, pelo princípio da simetria das formas, qualquer ato normativo que venha alterar ou reajustar o valor fixado para pagamento das diárias, deverá obedecer a forma do ato original (Lei, Decreto Municipal ou Resolução), sendo, obrigatoriamente, encaminhado ao TCM-PA.

1.1. DA ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE:

Considerando o caráter indenizatório sob o qual se reveste o pagamento de diárias de viagens, fica vedada a expedição de atos autorizativos com efeito retroativo, ou seja, que objetivem contemplar diárias já pagas.

Dito isto, fica claro que o pagamento de diárias deverá observar os valores do ato vigente à época, no

Marcelo



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

que diante da ausência de ato fixador de valores, ficará vedada sua concessão.

1.2. DA RAZOABILIDADE DOS VALORES FIXADOS:

Outro específico ponto de controle realizado pelo TCM-PA por ocasião dos pedidos de cadastramento dos atos de fixação, está assentado na razoabilidade dos valores consignados para pagamentos de diárias a servidores e agentes políticos.

A competência do TCM-PA para tal apreciação está assentada no princípio constitucional da razoabilidade, insculpido no **caput**, do art. 37, da CF/88 c/c art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 084/2012.

Cabe-nos observar que, apesar de certa margem discricionária dos gestores quando da fixação do valor pago, este não poderá ultrapassar parâmetros de razoabilidade, considerando, para tanto, o valor da receita municipal e o montante da despesa prevista no orçamento.

O TCM-PA, ao longo dos anos, elaborou estudos internos para aferição do valor médio das diárias de viagem, objetivando a regulamentação interna e a fiscalização externa, os quais serviram, em diversos julgados, como parâmetro referencial.

Atualmente, a jurisprudência majoritária desta Corte de Contas vem estabelecendo como parâmetros máximos aplicáveis aos municípios os valores de

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

diárias pagas aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e demais servidores vinculados àquela Corte Superior, os quais, conforme consta na Resolução n.º 545/2015/STF. Foram estabelecidos em valores percentuais, calculados sob o subsídio dos Ministros do C.STF², conforme transcrição do Anexo constante daquele ato, com o cálculo que realizamos, sob o valor remuneratório, então vigente:

BENEFICIÁRIOS	DIÁRIAS	
	NACIONAL	INTERNACIONAL
Ministro	1/30 do subsídio (R\$-1.624,37)	Ver §1º do art. 3º desta Resolução ³
Juiz Auxiliar ou Magistrado Instrutor	95% da diária de Ministro (R\$-1.543,15)	
Analista Judiciário ou ocupante de Cargo em Comissão	55% da diária de Ministro (R\$-893,40)	
Técnico Judiciário ou ocupante de Função Comissionada	45% da diária de Ministro (R\$-730,96)	

Vale esclarecer que tais valores são apontados como um limite máximo, observado, assim, o paradigma de teto remuneratório, o que não importa dizer que as diárias, no âmbito municipal, devam ser fixadas no mesmo valor, cabendo o bom senso dos gestores em consignar razoabilidade para este tipo de despesa, com as condições orçamentário-financeiras de cada município.

Trilhando outra metodologia, foi realizado estudo, neste TCM-PA, consignado através da **Resolução/TCM n.º**

² Valor do subsídio dos Ministros do STF, em dezembro de 2015 – R\$-48.731,26 (quarenta e oito mil, setecentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/remuneracao/listarRemuneracao.asp?periodo=122015&ano=2015&mes=12&folha=1>

³ Art. 3º Os valores das diárias concedidas aos Ministros, Juizes Auxiliares, Magistrados Instrutores e servidores do Supremo Tribunal Federal que se deslocarem, em razão de serviço, para outra localidade do território nacional são fixados conforme os critérios constantes da tabela anexa:

§1º As diárias internacionais correspondem ao valor da diária nacional acrescida de 70%, convertida em dólar americano, utilizando-se o valor do câmbio correspondente à data da última fixação do subsídio de Ministro do STF.

Manoel de



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

5.492⁴, de 03.03.98, atualizada em janeiro de 2010⁵, pela Assessoria Jurídica desta Corte, a qual assentou como parâmetro os seguintes valores:

DESTINO	VALOR (R\$)
Viagens dentro do Estado do Pará, exceto Belém	R\$-390,00
Viagens para fora do Estado do Pará e para Belém	R\$-656,00

Destaca-se, ainda, quanto à fixação de valores nominais para as diárias, a usual metodologia utilizada, fixando-se parâmetros em razão do destino, tais como viagens para o exterior, viagens para fora do Estado, viagens para Capital do Estado, viagens para municípios vizinhos (ex. Região Metropolitana de Belém) e viagens para demais municípios, dentro do Estado do Pará.

Sob tal aspecto, qual seja, a concessão de diárias pagas para deslocamento dentro de uma mesma região metropolitana, cabe-nos remeter ao Manual expedido pela Controladoria Geral da União - CGU⁶, no qual resta consignada expressa vedação ao pagamento de diárias em tal hipótese, não havendo, até a presente data, manifestação expressa deste TCM-PA quanto ao assunto.

Tal metodologia assegura uma forma mais precisa de delimitar os valores pagos, sob a ótica da razoabilidade, bem como assentando critérios

⁴ Aprovou estudo sobre valores de diárias, para uso dos municípios, fixando a diária de R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais), para dentro do Estado (exceto Belém) e de R\$ 578,00 (quinhentos e setenta e oito reais), para fora do Estado e Belém, atualizada em janeiro de 2008, pela AJUR/TCM.

⁵ Por meio do Parecer MB n.º 001/2010 - Controladoria/Jurídico/TCM, de março/2010, atualizou os citados valores em R\$ 390,00 (viagem para dentro do Estado, exceto Belém) e R\$ 656,00 (viagens para fora do Estado e Belém).

⁶ CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO. *Diárias de Viagem: Perguntas e Respostas*. Edição Revisada - 2012.

Mara Lucia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

objetivos no ato concessivo de pagamento por parte da administração pública.

Revela-se, ainda, como necessária, a regulamentação, no âmbito municipal, a qual poderá estar declinada no próprio ato de fixação, quanto aos critérios de cabimento ou não cabimento de pagamento de diárias, no que se remete, a título exemplificativo:

a) HIPÓTESES AUTORIZATIVAS:

I - Serão devidas quando o servidor se afastar por período igual ou superior a seis horas e inferior a doze horas, na proporção de meia diária, tomando os termos inicial e final para a contagem do período;

II - Serão devidas a cada período de vinte e quatro horas de afastamento, tomando os termos inicial e final para a contagem do período;

b) HIPÓTESES NÃO AUTORIZATIVAS:

I - Período de trânsito, ao servidor que, por motivo de remoção ou transferência, tiver que mudar de sede;

II - Deslocamento do servidor com duração inferior a seis horas;

III - Deslocamento para localidade onde o servidor resida;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

IV - Quando fornecidos alojamentos, ou outra forma de pousada, e alimentação pela Administração Pública ou pelo evento para o qual esteja inscrito;

V - Cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

2. PONTOS DE CONTROLE, JUNTO À PRESTAÇÃO DE CONTAS, PARA FINS DE ANÁLISE DA REGULARIDADE DA DESPESA:

2.1. REGISTRO DAS DESPESAS NO E-CONTAS/FOLHA DE PAGAMENTO/DIÁRIAS DE VIAGEM:

Por ocasião do envio das prestações de contas, é exigido o encaminhamento das folhas de pagamento e das diárias de viagens pagas, durante o quadrimestre, conforme prelecionam a Instrução Normativa n.º 001/2009 (Prestação de Contas) e Resolução n.º 002/2015 (SPE).

A prestação de contas, nesta fase, possui aspecto declaratório, momento em que são informados os seguintes detalhamentos:

- a) Exercício;
- b) Competência;
- c) Unidade Gestora;
- d) Unidade Orçamentária;
- e) CPF do beneficiário;
- f) Nome do beneficiário;
- g) Valor pago, correspondente ao número de diárias;
- h) Motivo da concessão (justificativa e ato autorizativo);

Mara Lucia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

- i) **Destino do deslocamento;**
- j) **Início do deslocamento;**
- k) **Final do deslocamento.**

Com base nas informações prestadas junto à prestação de contas, a partir da qual poderão ser verificados os montantes de diárias pagas e sua correlata individualização, outros elementos comprobatórios da regularidade da concessão poderão ser exigidos pelo TCM-PA, objetivando a comprovação e legalidade das mesmas, o que impõe cautela e formalização de procedimentos, junto aos jurisdicionados, tal como passaremos a orientar.

2.2. COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA COM DIÁRIAS:

Considerando a atuação de controle externo desempenhada pelo TCM-PA, é fundamental a adoção de procedimentos internos, devidamente regulamentados pela esfera de poder competente, que discipline o processo administrativo para concessão das diárias e sua regular comprovação de execução.

Buscando dar maior didática à vertente orientação, recomendamos a adoção dos procedimentos que já são utilizados pelo próprio TCM-PA, junto aos seus membros e servidores, tal como passaremos a descrever, com base na Resolução n.º 9.906/2010/TCM-PA e os seus papéis de trabalho, que serão consignados como anexos/modelos.

2.2.1. SOLICITAÇÃO DO BENEFICIÁRIO E/OU DA CHEFIA IMEDIATA:



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Como regra para qualquer procedimento administrativo e, em especial, aqueles que geram despesas ao erário, o processo de concessão de diárias deverá ser formalizado por escrito, iniciando-se através de memorando ou expediente equivalente, pelo qual o servidor ou agente político deverá apresentar seu requerimento, devidamente motivado, indicando o número de dias de deslocamento, o destino e o objetivo da viagem.

Especial atenção quanto à justificativa, posto que o objetivo da viagem deverá estar com plena adequação às atribuições do beneficiário e com a atividade desempenhada pelo órgão ao qual está vinculado, estando vedada a concessão de diárias com finalidade que não tenha tal compatibilização ou para interesse particular e, mais ainda, sem justificativa/motivação específica.

Exemplificativamente, remetemos ao art. 2º, da Resolução 9.906/2010/TCM-PA, o qual assenta que "as diárias de viagem serão concedidas para representação do TCM-PA, em cursos, congressos, seminários, solenidades, missões oficiais ou em atividades de competência desta Corte de Contas".

2.2.2. AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA E DEFERIMENTO DO CHEFE DE PODER OU AUTORIDADE DESIGNADA PARA TAL AUTORIZAÇÃO:

Formalizada a solicitação com os elementos acima indicados, o processo administrativo autuado será encaminhado previamente à chefia imediata (em caso de

Mara Lúcia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

diárias solicitadas por servidor), após a qual seguirão à autoridade responsável pela ordenação de despesas (**DIRIGENTE MÁXIMO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE**), objetivando o deferimento da mesma.

O ato de deferimento poderá ser formalizado expressamente nos autos, comprovando a ciência do ordenador responsável pela autorização de despesa, após a qual será remetida ao Setor/Departamento de Recursos Humanos para a elaboração de Portaria de Concessão de Diárias e publicidade do ato.

2.2.3. DA FORMALIZAÇÃO DO ATO DE CONCESSÃO E SUA PUBLICIDADE:

Tal como destacado, após a expressa autorização da autoridade competente, os autos administrativos seguirão ao Setor/Departamento de Recursos para a elaboração de Portaria de Concessão de Diárias e sua correspondente publicação.

A indicada Portaria deverá fazer constar, em seus termos, amplo detalhamento sobre o caso concreto, destacadamente:

- a) Unidade Gestora responsável pela despesa;**
- b) Unidade Administrativa de lotação do beneficiário;**
- c) CPF do beneficiário;**
- d) Nome do beneficiário;**
- e) Valor pago, correspondente ao número de diárias;**
- f) Motivo da concessão (justificativa e ato autorizativo);**

Manoel



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

- g) Destino do deslocamento;*
- h) Início e fim do deslocamento;*
- i) Prazo para a apresentação de Relatório de Viagem e comprovantes do mesmo;*

Preconizando a didática do presente manual, encaminhamos, em anexo, o Modelo de Portaria utilizado pelo TCM-PA, bem como o modelo de extrato de publicação junto ao Diário Oficial do Estado - DOE.

Após a assinatura da Portaria em questão e sua competente publicidade, seguirão os autos ao Departamento/Setor Financeiro para as providências de pagamento, o qual vinculado, por óbvio, ao valor e número de diárias concedidas ao beneficiário, em tudo observado o valor vigente na municipalidade para pagamento de diária, de acordo com a condição do mesmo beneficiário (agente político ou servidor público).

2.2.4. DAS PROVIDÊNCIAS DE PAGAMENTO E SUA COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL:

Caberá ao setor financeiro do ente municipal concessor, proceder com o pagamento das diárias, COMO REGRA, antes do início do deslocamento, fazendo a comprovação documental nos autos do processo administrativo, através de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento e comprovante de pagamento, o qual deverá se dar através de depósito bancário junto à conta vinculada do beneficiário (preferencialmente).

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Reveste-se, aqui, como recomendável, o pagamento das diárias antes do início do deslocamento do servidor ou agente político (DIÁRIA ANTECIPADA), garantindo-se que o mesmo detenha os valores autorizados para custeio das despesas de alimentação, hospedagem e locomoção urbana durante o deslocamento. Contudo, por vezes, a urgência no deslocamento ou problemas outros conduzem ao pagamento a posteriori, o que não afasta sua obrigatoriedade, sob a forma da consignada diária vencida.

Lembramos que, em quaisquer das hipóteses, é obrigatória a comprovação da realização do deslocamento, conforme abordaremos a seguir.

2.2.5. DA COMPROVAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO DESLOCAMENTO PELO SERVIDOR/AGENTE POLÍTICO - RELATÓRIO DE VIAGEM:

Após a realização de pagamento das diárias, através do setor financeiro competente, os autos administrativos retornam ao Departamento de Recursos Humanos para aguardar o encaminhamento do nomeado Relatório de Viagem, comprovando o deslocamento.

O Relatório de Viagem, juntamente com a documentação comprobatória de sua realização, é elemento fundamental para atesto da regularidade da despesa, no que apensamos, ao presente manual, o modelo utilizado pelos servidores e membros do TCM-PA, para aproveitamento junto aos jurisdicionados desta Corte de Contas.

Mara Lúcia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

São documentos aptos para comprovação da realização da atividade/deslocamento, exemplificativamente, os seguintes:

- a) Relatório de atividades assinado pela chefia imediata;**
- b) Certificado de curso, congresso e outros;**
- c) Declaração de servidor do órgão onde se realizou a visita técnica;**
- d) Comprovantes de passagem aéreas, despesas com combustível, táxi (quando for o caso) e hospedagem.**

Dentro do prazo fixado pela Portaria de Concessão, caberá ao beneficiário das diárias apresentar o competente Relatório ao Departamento de Recursos Humanos, após o que, seguirão os mesmos, para o Controle Interno da Prefeitura ou Câmara Municipal, objetivando a apreciação de conformidade.

Quanto ao prazo, para tal comprovação pelo beneficiário das diárias, utilizando-nos, como paradigma, o do TCM-PA que é de até 05 (cinco) dias, após o encerramento do deslocamento, cabendo, como já informado, ser apontado pela municipalidade, na própria Portaria concessiva do pagamento.

É vedada a autorização de nova viagem sem prestação de contas da anteriormente realizada, cabendo, em casos excepcionais, a expressa ciência da autoridade superior quanto a tal situação e sua autorização, sob responsabilidade pecuniária solidária, caso não haja, em momento seguinte, a correlata "prestação de contas".

Mara Lucia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

2.2.6. DA ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Encerrada a instrução processual, conforme detalhamento traçado, serão submetidos os autos ao Controle Interno, para emissão de parecer de conformidade, seguindo modelo em anexo.

São pontos de verificação do Controle Interno:

- a) **Observância do prazo de prestação de contas;**
 - b) **Conformidade entre o valor pago/recebido e o valor previsto em lei para a localidade de destino;**
 - c) **Existência de interesse público da atividade realizada e relação desta com o cargo/função do beneficiário;**
 - d) **Adequação dos documentos comprobatórios do deslocamento e das atividades realizadas;**
- Publicação do extrato da portaria concessiva.**

A análise do Controle Interno que opinar pela irregularidade das informações apresentadas pelo beneficiário deverá conduzir a notificação para que o mesmo preste esclarecimentos ou apresente outros documentos necessários que não componham o processo.

Regularizada a omissão ou inexistindo qualquer falha, os autos serão arquivados no Departamento de Recursos Humanos, dada a possibilidade de requisição de informações e documentos, quando da fiscalização exercida pelo TCM-PA.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Não regularizada a omissão ou persistindo falhas de natureza grave que imponham a restituição das diárias pagas, caberá a competente instauração de procedimento administrativo, devidamente autorizado pela autoridade competente.

2.3. DOCUMENTAÇÃO MÍNIMA PARA COMPOSIÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS:

Consignada a tramitação para concessão de diárias de viagem no âmbito da administração pública municipal, passamos a enumerar a documentação mínima que deverá compor os correlatos processos administrativos, os quais poderão servir, em caso de questionamentos por parte do TCM-PA e demais órgãos de controle, como fiadores da regularidade das despesas.

Assim, destacamos, seguindo a mesma cronologia do processamento da despesa:

- a) Memorando ou documento equivalente de solicitação da concessão da diária pelo servidor, juntamente com a aprovação da chefia imediata;**
- b) Despacho ou documento equivalente de autorização do ordenador de despesas;**
- c) Portaria assinada, com indicação da data de publicação (ou cópia do diário);**
- d) Nota de empenho e Ordem de pagamento para**

Mara Belém



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

confirmação do valor pago;

*e) Relatório de Viagem, apresentado pelo servidor,
com os documentos comprobatórios;*

f) Parecer do Controle Interno.

3. DO ENCAMINHAMENTO AO TCM-PA - CADASTRAMENTO DE
ATOS FIXAÇÃO DE VALOR DE DIÁRIAS E DECORRÊNCIAS
GERADAS PELO NÃO ENVIO OU NEGATIVA DE CADASTRAMENTO:

Conforme previsão contida no Regimento Interno do TCM-PA, assiste obrigatoriedade de encaminhamento dos atos de fixação e/ou alteração de valores de diárias, para fins de apreciação de regularidade formal, legalidade e constitucionalidade, consignada por meio de "cadastramento".

A remessa em questão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aprovação/publicação do ato, é fundamental, posto que os valores fixados e/ou alterados, após o devido cadastramento, servirão de base para a verificação de regularidade dos pagamentos realizados, em um dado exercício, junto a prestação de contas anual.

O não atendimento das regras de encaminhamento de informação e documentos ao TCM-PA, com amparo na legislação vigente, trará gravosas consequências aos ordenadores de despesas responsáveis, dentre as quais, por ser específico ponto de controle, vem, reiteradamente decidindo o TCM-PA, pela não aprovação

Mara Lucia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

das contas e determinação de restituição ao erário municipal, com a devida correção.

Podemos extrair, assim, como consequências pecuniárias previstas pela **LC n.º 109/2016** e **RITCM-PA**:

a) Aplicação de multas em caso de verificação de atos normativos/legais que não se amoldem às diretrizes estabelecidas, nos termos do **art. 282, I, alíneas "b" e "c", do RITCM-PA**, no importe de até 33.000 (trinta e três mil) Unidades Padrão Fiscal;

b) Aplicação de multas por atrasos ou não remessa dos atos de fixação e reajuste, conforme previsto no regimento interno, as quais poderão ser aplicadas, nos montantes fixados entre 300 (trezentas) a 500 (quinhentas) Unidades Padrão Fiscal, nos termos do **art. 284, incisos I a IV, do RITCM-PA**;

c) Restituição ao erário dos valores pagos em divergência com o ato fixador, com os limites fixados e/ou com a ausência de comprovação da realização das viagens, mediante requisição do controle externo, para além de multa de até 11.000 (onze mil) Unidades Padrão Fiscal, nos termos do **art. 282, III, alínea "a", do RITCM-PA**;

d) Determinação de sustação dos pagamentos que estiverem em curso;

e) Encaminhamento de documentos e informações ao Ministério Público Estadual para as providências de

Mara Lucia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

alçada, em especial ações civis de improbidade administrativa.

4. DAS PRINCIPAIS FALHAS DETECTADAS JUNTO ÀS LEIS E RESOLUÇÕES QUE DISCIPLINAM A FIXAÇÃO E REVISÃO REMUNERATÓRIA, EM PROCESSOS SUBMETIDOS AO TCM-PA:

Tal como já indicado, o ato de concessão de diárias deverá ser vinculado aos princípios informadores de toda a atividade administrativa pública, conforme disciplinado no art. 37 da CF/88, no que destacamos, por relevante, as orientações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, como pressupostos para concessão e pagamento, nos termos da Resolução n.º 73/2009, tal como se transcreve:

Art. 3º. A concessão e o pagamento de diárias pressupõem obrigatoriamente:

I - compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público;

II - correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo efetivo ou as atividades desempenhas no exercício da função comissionada ou cargo em comissão;

III - publicação do ato na imprensa oficial de veiculação dos atos do Tribunal concedente, contendo: o nome do servidor ou magistrado; o cargo/função ocupado; o

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

destino; a atividade a ser desenvolvida; o período de afastamento;

IV - comprovação do deslocamento e da atividade desempenhada;

V - fixação dos valores das diárias de maneira proporcional aos subsídios ou aos vencimentos.

Observamos, com a experiência junto ao Colendo Plenário do TCM-PA, que algumas falhas são verificadas de maneira mais repetitiva, dentre as quais destacamos, para alerta dos jurisdicionados:

a) Não observância do tipo de ato, Lei ou Resolução, para fixação e alteração de valores de diárias aplicáveis ao serviço público municipal;

b) Inobservância do princípio da irretroatividade, nos casos de diárias pagas em parâmetros consignados em norma posterior a sua execução;

c) Fixação de valores de diárias exorbitantes ou que não atendam ao princípio da razoabilidade.

d) Pagamento de diárias como suplementação remuneratória;

e) Ausência de documentos mínimos para a instrução processual de cadastramento dos atos de fixação e alteração de diárias, bem como daqueles comprobatórios da execução da despesa, dentre os



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

quais, exemplificativamente:

e.1) Comprovação de publicação do ato no Diário Oficial;

e.2) Ata de aprovação legislativa e/ou comprovação de tramitação legislativa;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Buscou-se, através do presente manual, apresentar uma maior e mais bem definida orientação aos jurisdicionados do TCM-PA quanto a correta fixação e alteração dos valores de diárias, bem como dos procedimentos administrativos internos de comprovação e regularidade das despesas no âmbito municipal, tornando mais transparente e objetiva a fiscalização exercida pelo controle externo daquela Corte de Contas.

Neste sentido, medida fundamental a adoção de procedimentos internos, em especial no desenvolvimento de procedimentos internos de acompanhamento e processamento de despesas, vinculadas à concessão de diárias de viagens aos servidores públicos e agentes políticos, evitando-se a aplicação de penalidades mais gravosas e as consequentes repercussões, junto às prestações de contas anuais.

Trazemos, por fim, alguns modelos vinculados à matéria abordada neste manual, com o objetivo de contemplar uma mais ampla orientação, a qual, dadas

Mara Lúcia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

as competências e independências entre poderes, deverão ser submetidas ao jurídico, dos entes jurisdicionados, para aperfeiçoamento e adaptações.

Consignada a disciplina, conforme entendimento desta Diretoria Jurídica, junto a fixação, concessão, controle e prestação de contas, junto ao TCM-PA, das diárias de viagem, pagas aos servidores e agentes políticos, no desempenho de suas atividades, destaca-se, por oportuno, que os modelos referidos no transcrito manual, serão juntados ao vertente parecer, sob a forma de anexos, observada a numeração indicada em relatório, no que passaremos ao enfrentamento da questão trazida pelos vereadores consulentes, focando-se, em especial, na apreciação dos atos encaminhados, pelo Município de Floresta do Araguaia, com vigência para o exercício de 2017.

III - DA REGULAMENTAÇÃO DAS DIÁRIAS DE VIAGEM NO MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA:

Considerando que a vertente consulta, está vinculada ao município de Floresta do Araguaia, procedemos com o levantamento dos atos vigentes, junto aos Poderes Executivo e Legislativo, no que extraímos o seguinte detalhamento:

a) CÂMARA MUNICIPAL / VEREADORES:

- ✓ **ATO FIXADOR:** RESOLUÇÃO N.º 002/2016, cadastrado junto ao TCM-PA, através da Resolução n.º 12.970/2017 (Processo n.º 201612407-00).

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

✓ REGRAMENTO INDENIZATÓRIO: nos termos do art. 1º, incisos I a III e parágrafo único, tal como segue:

"Art. 1º. O valor da diária devida ao Vereador quando em deslocamento a outro município a serviço da Câmara passa a ser o seguinte:

I - Diária correspondente a deslocamento a qualquer município, com pernoite fora de seu domicílio é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

II - Diária correspondente a toda capital de Estado, com pernoite fora de seu domicílio é de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

III - Diária correspondente a deslocamento a capital da República, com pernoite fora de seu domicílio é de R\$ 600,00 (seiscentos reais);

Parágrafo único - No caso de deslocamento para município no interior do Estado, sem ocorrência de pernoite a diária será reduzida em 50% (cinquenta por cento)".

b) PREFEITURA MUNICIPAL / AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES:

✓ ATO FIXADOR: DECRETO N.º 008/2017, encaminhado ao TCM-PA, juntamente com a prestação de contas do 1º Quadrimestre de 2017. Em fase de instrução, junto à 3ª Controladoria.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

- ✓ **REGRAMENTO INDENIZATÓRIO**: nos termos do ANEXO ÚNICO, fixa valores de diárias, de maneira linear, para agentes políticos e servidores públicos tal como segue:

VALORES DA DIÁRIA	
FORA DO ESTADO E BELÉM, EXCETO BRASÍLIA	400,00
MARABÁ	300,00
DENTRO DO ESTADO, EXCETO BELÉM E MARABÁ	100,00
BRASÍLIA	450,00

A partir de tal detalhamento e, ainda, face a questão trazida pelos vereadores que subscrevem o pedido de informações, ao TCM-PA que:

- a) O atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Floresta do Araguaia, já procedeu com a edição de ato normativo, in casu, de Decreto n.º 008/2017, destinado à regulamentação das diárias concedidas aos servidores e agentes políticos, daquele Poder, com vigência a partir do exercício de 2017;
- b) Em tese, a fixação do valor das diárias e, ainda, do detalhado regulamento expedido para sua concessão e fiscalização, consignado nos termos do Decreto n.º 008/2017, onde restam atendidas diversas das orientações apontadas junto ao citado Manual da Escola de Contas do TCM-PA, detém regularidade formal, a teor do previsto na Resolução n.º 8959/2008/TCM/PA (item 2.1), a qual teria substrato, nos termos da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal n.º 001/2002, em especial, o §2º, do art. 149, §2º, que transcrevemos:

Manoel Lima



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Art. 149. (...)

§2º. As diárias serão pagas, antecipadamente, conforme tabela atualizada por Decreto do Executivo.

c) Os valores apontados, os quais, reitera-se, aplicáveis de maneira linear aos servidores e agentes políticos do Executivo Municipal, encontram-se razoáveis e adequados, mormente quando cotejados aos valores fixados pelo Poder Legislativo Municipal, conforme consta da Resolução Legislativa n.º 002/2016, os quais, a priori, superiores e que receberam cadastramento, junto ao TCM-PA, conforme consta da Resolução n.º 12.970/2017/TCM-PA.

d) Ademais, conforme já referido, a competência do TCM-PA para apreciação dos valores fixados às diárias de viagem, está assentada no princípio constitucional da razoabilidade, insculpido no caput, do art. 37, da CF/88 c/c art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar n.º 084/2012, o qual entendemos preservado, com base no que fora disciplinado, pelo Executivo Municipal, em tudo observado os precedentes desta Corte de Contas, ao deliberar sobre o cadastramento de outros atos normativos e legais, de similar natureza.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Traçadas tais considerações, há de se concluir a presente manifestação, assentando algumas pontuais



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

orientações, as quais submetemos à V.Exa., na condição de Conselheira-Relatora, com jurisdição, junto ao município de Floresta do Araguaia, para o vigente exercício de 2017, nos seguintes termos:

- a) Proceder com a admissibilidade da vertente solicitação de informações, sob a forma de consulta, apreciando-a, sob a forma de tese, conforme autorização contida nos termos do art. 300, §2º, do RITCM-PA.*
- b) Determinar, junto à 3ª Controladoria, deste TCM-PA, a mais célere apreciação técnica, dos termos do Decreto n.º 008/2017, oriundo do Poder Executivo Municipal, garantindo-se sua tempestiva apreciação, para fins de cadastramento, nesta Corte de Contas.*
- c) Em sendo o caso, apresentar ao Colendo Plenário, resposta aos termos da consulta, com base no parecer desta DIJUR e do citado "MANUAL PRÁTICO PARA FORNECIMENTO, ACOMPANHAMENTO E COMPROVAÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS DE VIAGENS, CONCEDIDAS AOS SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS", atualizado em março de 2017, ratificando, na oportunidade, que, para além dos requisitos formais e materiais, na edição do ato fixador, acode maior importância, a razoabilidade na concessão de diárias e, ainda, a instrução dos procedimentos administrativos, no âmbito de cada Poder, para fins de comprovação e regularidade, por ocasião do exercício do Controle Externo, deste TCM-PA e demais entes com competência, para tal fim.*

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Diante do exposto, encaminhamos a manifestação preliminar, desta Diretoria Jurídica, para a competente e necessária apreciação deste Conselheiro-Relator, ressaltando, por necessário, o caráter opinativo e não vinculativo, do posicionamento firmado, pelo que, permanecemos à Vossa disposição, para qualquer esclarecimento adicional, que entenda necessário.

Assim, considerando o atendimento das formalidades regimentais para processamento dos presentes autos, sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na instrução da matéria, nos termos da transcrita manifestação exarada pela Diretoria Jurídica, deste TCM-PA, na forma do presente relatório e voto que submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema submetido.

É o relatório.

Mara Lucia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente *Consulta*, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016⁷**, tendo sido formulada por autoridade competente (**art. 299, inciso II, do RITCM-PA**), para além de suscitada acerca de tema com inescusável interesse às atividades de controle externo (**art. 300, § 2º, do RITCM-PA**), realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando busca traçar a preconizada atuação pedagógica, junto aos jurisdicionados, na constitucional aplicação de recursos públicos, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, considerando a aprofundada manifestação exarada pelo órgãos técnicos desta Corte de Contas, destacadamente da **Diretoria Jurídica** (fls. 31-60) a qual consigna, em seu parecer, dedicado trabalho desenvolvido pelo corpo técnico, voltado ao desenvolvimento das ações pedagógicas realizadas pela Escola de Contas Públicas "Irawaldir Rocha", desde o ano de 2016, trago as seguintes reflexões e, ao final, a proposição de resposta, aos termos da consulta formulada, com substrato nos elementos de fato e direito, aduzidos abaixo:

Inicialmente, insta consignar que qualquer despesa da administração pública exige, para sua regularidade, a preexistência de ato legal e/ou normativo, no que se inserem os pagamentos realizados a título de diárias.

A disciplina legal consignada, no caso de fixação de diárias aos Vereadores, conforme consta de pretérita deliberação desta Corte de Contas (Resolução n.º 8959/2008/TCM/PA), pode ser Resolução ou Lei Ordinária, sendo a iniciativa do Chefe do Legislativo Municipal (Presidente da Câmara), para sua propositura.

Na hipótese de fixação de diárias para Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e servidores públicos do Executivo Municipal, deve ser utilizada a Lei

⁷ XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Ordinária ou Decreto Municipal regulamentador, no segundo caso, desde que devidamente autorizado por Lei Ordinária Municipal. Frise-se que a iniciativa para propositura de Lei Ordinária é do Chefe do Executivo Municipal (Prefeito).

Em observância ao princípio da simetria das formas, qualquer ato normativo que venha alterar ou reajustar o valor fixado para pagamento das diárias, deverá obedecer a forma do ato original (Lei, Decreto Municipal ou Resolução), sendo, obrigatoriamente, encaminhado ao TCM-PA.

Adentrando no ponto de maior interesse aos Consulentes, tem-se a questão relativa à razoabilidade dos valores consignados para pagamentos de diárias a servidores e agentes políticos.

Não obstante margem de discricionariedade dos gestores quando da fixação do valor da diária, insta observar que este não poderá ultrapassar parâmetros de razoabilidade, considerando, para tanto, o valor da receita municipal e o montante da despesa prevista no orçamento.

Este Tribunal de Contas possui jurisprudência majoritária no sentido de que os parâmetros máximos aplicáveis aos municípios, quanto à fixação de diárias, correspondem aos valores de diárias pagas aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e demais servidores vinculados àquela Corte Superior, tal como consignado na manifestação exarada pela DIJUR/TCM-PA.

À guisa de exemplificação, a Diretoria Jurídica juntou aos autos cópia do processo relativo ao ato fixador de diárias para os Vareadores da Câmara Municipal de Floresta do Araguaia, Resolução n.º 002/2016, cujo cadastramento foi deferido neste Tribunal, e que estipulou os seguintes valores:

DESTINO	VALOR (R\$)
Deslocamento a qualquer município, com pernoite	R\$250,00

Handwritten signature in blue ink.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

Deslocamento para Capital de Estado, com pernoite	R\$500,00
Deslocamento a Capital da República, com pernoite	R\$600,00

No tocante a usual metodologia utilizada para fixação das diárias, isto é, por meio de valores nominais, há de se determinar parâmetros em razão do destino, tais como viagens para o exterior, viagens para fora do Estado, viagens para Capital do Estado, viagens para municípios vizinhos (ex. Região Metropolitana de Belém) e viagens para demais municípios, dentro do Estado do Pará.

Na instrução, a DIJUR procedeu ao levantamento dos atos que disciplinam a fixação e concessão de diárias no Município de Floresta do Araguaia, sendo constatados os seguintes:

a) Resolução n.º 002/2016, cadastrado junto ao TCM-PA, através da Resolução n.º 12.970/2017 (Processo n.º 201612407-00);

b) Decreto n.º 008/2017, encaminhado ao TCM-PA, juntamente com a prestação de contas do 1º Quadrimestre de 2017. Este ato fixa diárias para agentes políticos e servidores públicos tal como segue:

VALORES DA DIÁRIA	
FORA DO ESTADO E BELÉM, EXCETO BRASÍLIA	400,00
MARABÁ	300,00
DENTRO DO ESTADO, EXCETO BELÉM E MARABÁ	100,00
BRASÍLIA	450,00

Desse modo, o atual Chefe do Poder Executivo de Floresta do Araguaia já procedeu à edição de ato normativo, com vistas à regulamentação das diárias concedidas pela municipalidade.

Quanto aos demais detalhamentos no que tange à fixação e pagamento de diárias a servidores e agentes políticos, remeto os Consulentes ao Parecer da DJUR, de fls. 31-60, e ao "*Manual Prático para Fornecimento, Acompanhamento e Comprovação*

Mara Lucia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA



de Despesas com Diárias de Viagens, Concedidas aos Servidores e Agentes Políticos Municipais", atualizado em março de 2017, os quais torno parte integrante deste Voto.

Outrossim, tenho como atendida à solicitação de informações efetuada nestes autos, ressaltando, por oportuno, em tudo observado o caráter didático e pedagógico, que se estabelecem junto às consultas formuladas ao TCM-PA, que a atenção dispensada pelos Chefes de Poderes, por ocasião da fixação dos valores pagos como diárias de viagem, deve ser duplicada, quanto ao acompanhamento e rigor no momento de sua concessão e, por conseguinte, no ato de avaliar a correspondente prestação de contas, conforme orientação constante, dos presentes autos.

Tal ponderação, replicada pelo corpo técnico da Escola de Contas, nos ciclos de capacitação, realizados em 2016 e 2017, é fundamental, quando observamos, neste mesmo Plenário, inúmeros casos de reprovação de prestação de contas, em razão de pagamentos indevidos de diárias (valores superiores ao ato fixador; desvio de finalidade e/ou complementação remuneratória) e, ainda, pela mais absoluta ausência de elementos comprobatórios de sua aplicação, para a restrita finalidade a qual se destina.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **em 10 de outubro de 2017.**


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora



RESOLUÇÃO Nº 14.376

Processo n.º: 201705045-00

Classe: Consulta

Referência: Câmara Municipal de Floresta do Araguaia

Interessados: Vereadora Edna Maria Canuto de Sá e outros.

Ministério Público: Procuradora Maria Inez K. de Mendonça Gueiros

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2017

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 483,
de 08.02.19, pg. 4
Responsável

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA. EXERCÍCIO 2017. ADMISSIBILIDADE. FIXAÇÃO DO VALOR DE DIÁRIAS DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL. PARÂMETROS PARA FIXAÇÃO. INICIATIVA LEGISLATIVA. COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DAS DIÁRIAS DE VIAGEM. IMPOSITIVIDADE. REMISSÃO PEDAGÓGICA AO "MANUAL PRÁTICO PARA FORNECIMENTO, ACOMPANHAMENTO E COMPROVAÇÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM" DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS "CONSELHEIRO IRAWALDYR ROCHA".

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso IX, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 61-98**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **27 de novembro de 2018**.


Conselheiro José Carlos Araújo

Presidente da Sessão


Conselheira Mara Lúcia
Relatora

Presentes: Conselheiros José Carlos Araújo, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimaães, Sérgio Leão. Conselheiros-Substitutos Sérgio Dantas e Adriana Oliveira. Procuradora Maria Inez Gueiros.